

Desindexação da economia ficará para 94

JOÃO BORGES e SERGIO LEO

— A batalha final contra a inflação, que deve incluir mecanismos de desindexação da economia, será deflagrada no início de 1994, disse ao GLOBO o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, após a cerimônia de assinatura dos termos de compromisso para renegociação da dívida dos estados, da qual participaram governadores e o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko. Nenhuma medida deve ser baixada sem que o Governo tenha certeza de que poderá equilibrar as contas públicas no próximo ano. O ministro reafirmou que não haverá choque e que todas as medidas necessárias para estabilizar a moeda serão anunciadas previamente.

A estabilização da economia foi assunto de conversa sigilosa entre o presidente Itamar Franco e a equipe, na quarta-feira. Segundo um dos assessores do ministro, o encontro, noticiado por Ricardo Boechat na coluna Swann, no domingo, teve o objetivo de apresentar Lara Resende ao presidente e foi uma conversa amena, em que todos concordaram que não há mágicas contra a inflação. Ontem, o ministro voltou a enfatizar a necessidade da revisão constitucional:

— Temos de colocar as finanças em ordem através dos mecanismos que estamos executando e, feito isso, ninguém tenha dúvida, o mais fácil será fazer com que haja estabilização da moeda — disse Fernando Henrique.

A forma de fazer essa desindexação ainda não é um consenso, embora interlocutores dos assessores do ministro identifiquem uma tendência para adoção da âncora cambial, em que o controle da cotação do dólar força-

ria a queda dos demais preços na economia. Mas alguns assessores, como o secretário-adjunto de Política Econômica, Gustavo Franco, acreditam ser possível baixar a inflação apenas com medidas de controle fiscal e monetário.

O ministro fez um inventário das medidas necessárias para estabilizar a economia. Lembrou que já obteve apoio do Congresso para corte de US\$ 7 bilhões. Citou a renegociação da dívida dos estados como o passo mais recente. Na semana que vem, será anunciada a separação entre as contas do Tesouro e do Banco Central, que deve reduzir as pressões inflacionárias.

Em setembro, será anunciada uma nova política de privatização, em que débitos da União, convertidos em títulos, poderão ser usados como moeda nos leilões. No mesmo mês, o ministro se dedicará à renegociação da dívida externa, para fechar acordos com os bancos credores e o FMI.

— Faltará um passo, talvez o mais difícil, que é a reforma tributária e fiscal — disse ele.

Segundo o ministro, a economia brasileira pode crescer 4% a 5% este ano, sem disparada da inflação. Ele negou que a equipe econômica estaria prevendo alta de até 36% em setembro:

— Não há nada que nos leve a crer em disparada de preços e em índices extraordinários, porque estamos fazendo o oposto, criando condições para uma política monetária sadia.

Fernando Henrique também comentou os boatos sobre um novo plano:

— Ouvi dizer que haveria um plano Primavera. Não há plano primavera nenhum, o que há é uma primavera real, não só das chuvas destes dias mas da retomada do crescimento — disse.



Fernando Henrique, entre Stepanenko e o governador do Pará, Jader Barbalho, discursa após a cerimônia

Passos da estabilização

1 — Já efetuado o corte de US\$ 7 bilhões no Orçamento de 1993. Aprovação, até o final do ano, do Orçamento para 1994.

2 — Assinado o termo de compromisso para renegociação da dívida dos estados.

3 — Iniciado o saneamento dos bancos estaduais.

4 — Revisão da política para as estatais, com corte dos investimentos, controle dos gastos com salários e tarifas com base na variação de custos.

5 — Até a segunda quinzena de setembro, o Congresso deve aprovar a lei de rolagem das dívidas estaduais.

6 — Na semana que vem, será aberta a caixa preta do BC.

7 — O Governo vai anunciar, no início de setembro, a ampliação do programa de privatização.

8 — Em setembro, o Governo espera obter a minuta de acordo com o FMI e apressar a assinatura do acordo com os bancos credores.

9 — O último passo será a reforma tributária e fiscal, na revisão constitucional, reformulando a Previdência e redistribuindo despesas entre estados, municípios e a União.

10 — Constatada a tendência de queda da inflação, podem ser tomadas medidas para desindexação, destinadas a apressar a queda dos índices.